NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Heline Caroline Eloi Moura[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca das políticas sociais no contexto da América Latina. Para isto, partimos do entendimento que a configuração e desenvolvimento do capitalismo neste continente possui particularidades quando comparado ao modelo de políticas sociais nos países Europeu. Apresentaremos aspectos importantes ao entendimento do capitalismo dependente característico do continente latino americano e as políticas sociais, para assim, fazer breves apontamentos sobre as implicações do neoliberalismo nas políticas sociais neste continente. Para este estudo recomeremos predominantemente à pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Políticas Sociais. América Latina.

ABSTRACT

This article aims to present a reflection on social policies in the context of Latin America. For this, we start from the understanding that the configuration and development of capitalism in this continent has particularities when compared to the model of social policies in European countries. We present important aspects to the understanding of dependent capitalism, characteristic of the American continent and as social policies, in order to make brief notes on the result of neoliberalism in social policies in this continent. For this study, we will predominantly recommit to bibliographical research.

KEYWORDS: Neoliberalism. Social politics. Latin America.

[1] Assistente Social. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Professora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Mário Pontes Jucá. E-mail: helinemoura@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca das relações sociais capitalista no contexto da América Latina e suas particularidades. As diferenças econômicas, políticas e sociais que o continente latino americano apresenta ao longo do desenvolvimento do capitalismo, nos mostra que seus recursos naturais contribuíram historicamente ao desenvolvimento do capitalismo Europeu, por meio de exportações. O capitalismo aparece de modo atrasado nesse continente quando comparado aos países desenvolvidos, também reconhecido como um capitalismo periférico, subordinado às economias dos países eurocêntricos.

As desigualdades sociais são potencializadas nessa dinâmica econômica e a classe trabalhadora *superexplorada* passa a reivindicar condições de vida e de trabalho. É nesse contexto que as políticas sociais emergem de forma estratégica para cumprir sua função de amortecer os conflitos. Neste trabalho apresentaremos algumas reflexões acerca dessas políticas sociais nas relações sociais capitalista do continente latino-americano e sua caracterização após o predomínio das interferências neoliberal, tendo em vista perceber os impactos dessas interferências na vida classe trabalhadora.

Para exposição deste estudo recorremos à pesquisa bibliográfica, por meio de autores que discorrem sobre o objeto de estudo em questão, através de artigos científicos e livros. Ressaltamos a relevância desse estudo, pois as particularidades latino-americana em seus aspectos econômico, político e social precisam ser reconhecidas dentro do estudo das políticas sociais e das interferências neoliberal para além do modelo eurocêntrico. A dialética materilista de Marx pautado numa perspectiva histórico-crítica foi utilizada como referencial teórico-metodológico tendo em vista ultrapassar a a mera aparência dos fatos apresentados.

Para melhor desenvolver as reflexões propostas, dividimos este artigo em dois momentos: primeiramente abordaremos acerca do *capitalismo dependente e a emergência das políticas sociais na América Latina*; em seguida, abordaremos o *neoliberalismo e as políticas sociais no contexto latino-americano*.

2. CAPITALISMO DEPENDENTE E A EMERGÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Iniciamos esta discussão apresentando o contexto-histórico e social de constituição do capitalismo na realidade da América Latina e suas particularidades, para situar a configuração das políticas sociais nessa região e as interferências neoliberais. Partiremos do entendimento que os países que compõem a região da América Latina se configuraram histórica e economicamente com o desenvolvimento capitalista atrasado quando comparado aos países de capitalismo central, de modo que autores caracterizam como sendo um capitalismo dependente fortemente marcado por uma *superexploração* da classe trabalhadora.

Preliminarmente é preciso situar que o modo de produção capitalista pela sua própria natureza produz contradições ineliminíveis que repercute no âmbito das relações sociais e atinge a classe trabalhadora, economicamente mais vulnerável. O Estado assume um papel fundamental de conter os antagonismos entre as classes a fim de produzir uma pretensa “paz” e “harmonia social”, tendo em vista o bem comum e para isto se valerá de políticas sociais.

Historicamente a emergência das políticas sociais surge com a funcionalidade de conter os antagonismos das classes fundamentais e para intervir nas mazelas intrínsecas à sociabilidade capitalista, também reconhecidas como “questão social” em suas múltiplas expressões. Embora identificamos nuanças do desenvolvimento capitalista nos diferentes continentes, a essência desse modo de produção não se altera, de modo que na realidade latino-americana, identificamos a emergência das políticas sociais como alternativa de minimização dos males sociais. É possível identificar que a emergência das políticas sociais no capitalismo europeu se consolidou de forma clássica, contudo, há que se considerar que a história do capitalismo traz particularidade e singularidade significativas à outras regiões e continentes ao qual merece uma minuciosa apreciação. Neste ensaio, nos aproximaremos de uma reflexão histórica e social do capitalismo na américa latina e da emergência das políticas sociais nessa região, considerando também que há

particularidade entre o desenvolvimento econômico e político dos países que integram esse continente.

O continente latino-americano, historicamente, apresentou certa posição de subserviência aos países europeus no que concerne sua economia e ao ingresso no mercado mundial. As marcas de desagregação do sistema colonial possibilitada pela independência dos estados nacionais, trouxeram em sua outra face a fragilização da economia interna dos países, pois, os processos de independência carregavam marcas da escravidão, concentração de terras, bem como na produção de bens primários que eram produzidos para o mercado externo. Ver-se também que as marcas do sistema colonial não foram rompidas, de modo que se manteve o cerne que fundamentava esse sistema e suas contradições, apresentando-se no novo contexto sob novas formas.

Para Marini (2000) o que se estabelece nesse ingresso da américa latina ao mercado capitalista europeu são relações comerciais que estão consubstanciadas em um sistema de trocas desfavoráveis aos países periféricos, recolocando em outros termos um *intercâmbio desigual*. Em outras palavras, com um desenvolvimento econômico atrasado e periférico, os recursos latino-americano ocuparam um papel importante para a expansão, produção e acumulação capitalista europeia, na exportação de matéria-prima e produtos primários, que eram transportados para Europa.

Sobre isso Pinheiro (s/d, p.67) afirma:

> No modelo primário-exportador, a inserção da economia latino-americana no sistema global de comércio ocorreu mediante uma clara divisão internacional do trabalho. Em um primeiro momento, aos países da região coube o papel de fornecimento de matérias primas, riquezas minerais e alimentos para o fortalecimento dos Estados nacionais europeus e a expansão do mercantilismo. A partir do século XVIII, a América Latina contribuiu para a acumulação primitiva do capital que iria financiar a Revolução Industrial na Inglaterra.

Deste modo, ver-se que as riquezas naturais dos países latino americano contribuíram significativamente para a expansão capitalista no contexto de Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra. Podemos considerar a partir deste entendimento que as raízes da dependência, tão característico do continente latino-

americano, fundamenta-se nessa primeira relação desigual de troca da matéria-prima ao mercado europeu. Uma dependência que se baseia na necessidade da venda para o capitalismo europeu, de suas riquezas, matéria-prima, minerais e alimentos – e consequentemente empobrecimento desses recursos naturais – para manter sua economia ativa. Na percepção de Marini (2000, p.132) "chamada a coadjuvar a acumulação do capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição radica-se a essência de dependência laino-americana". Sob outro ponto de vista, podemos fazer breves apontamentos que a economia europeia também possuía certo grau de dependência dos recursos oferecidos pelo território latino-americano.

As implicações dessa relação de dependência trazem consequências significativas ao mercado interno nacional, visto que a dinâmica da economia de base primário-exportadora, deixa a economia interna vulnerável às economias do mercado externo e suas crises. Em outras palavras, as oscilações no valor da matéria-prima exportada, repercute nos valores do mercado interno nacional, acarretando numa vulnerável e instável atividade econômica interna. Nas palavras de Pinheiro (s/d, p. 68) "Tais economias são bastante vulneráveis às crises no mercado externo, dado que as oscilações do preço dos produtos repercutem de maneira avassaladora sobre a renda nacional e, conseqüentemente, sobre a atividade econômica interna". Nota-se com isso, certa fragilização da economia dos países latino-americano e um considerável nível de dependência ao mercado mundial.

Sobre isso Paiva e Rocha (2010, p.151) analisam:

> O fato das nações latino-americanas terem sido plasmadas a partir de sua inserção no mercado capitalista mundial, como economias mercantis produtoras de bens de exportação, evidencia que, embora o subdesenvolvimento e desenvolvimento possam parecer processos independentes, são processos constitutivos de uma mesma lógica de acumulação capitalista em escala global, qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade. O antagonismo e a complementaridade referem-se às contradições tão absurdas quanto reais, que conformam a força do conjunto do sistema sobre a desigualdade das partes que o formam.

Evidentemente essa relação desigual entre as partes e os antagonismos que emanam dessa contraditória relação que integram os países latino-americanos e o mercado capitalista mundial, está fortemente marcado por estratégias que incidem na vida da classe trabalhadora e consequentemente nas relações sociais de produção. A intensificação do trabalho e a consequente *superexploração* do trabalhador, serão utilizadas como estratégias para a reverter as crises econômicas dos países centrais, e uma forma de alavancar a economia. Acrescenta-se a isso, a baixa remuneração dada aos trabalhadores empregados, precarização nas condições de trabalho e fragilização nos sistemas de proteção social. De modo que, a classe trabalhadora dos países dependentes periféricos, sentem de forma mais severa os efeitos das crises do modo de produção capitalista.

Vale mencionar, brevemente, que a *superexploração* desses trabalhadores é reconhecida nesse contexto da América Latina para caracterizar as particularidades do continente, uma vez que, os trabalhadores dos países centrais, ainda que trabalhem sob a égide de exploração capitalista, possuíam certo nível de proteção social. De modo que há particularidades se considerarmos que “a classe trabalhadora na América Latina (que seria o sujeito de direitos num país central) é composta por um expressivo contingente de trabalhadores informais e de desempregados, para os quais não há sequer vínculo salarial formal nem muito menos acesso à proteção social, decorrentes da sociedade salarial”. (PAIVA; ROCHA, 2010, p.157).

Essa aproximação inicial com o contexto econômico e social do continente latino-americano nos possibilita entender que a expressiva subordinação econômica ao mercado mundial externo, ditado pelos países centrais, traz consequências significativas ao mercado nacional interno dos países latino-americano, bem como uma maior exploração dos trabalhadores. De modo que a relação de dependência traz para os países periféricos uma maior pauperização dos trabalhadores, deixando mais explícitas as expressões da questão social nesse continente.

É nesse contexto que podemos situar em que medida as políticas sociais se corporificam nas relações sociais no contexto da América Latina e suas expressões na vida dos trabalhadores. Partimos do entendimento que as políticas sociais possuem uma intrínseca relação com a necessidade do Estado em intervir nas

contradições do sistema capitalista, necessariamente como forma de amortecer a luta de classes e os conflitos insanáveis entre capital e trabalho. Netto (2001) sinaliza que as políticas sociais emergem no capitalismo em sua fase monopólica, por meio de intervenções estratégicas do Estado na questão social como forma de conter o antagonismo da relação capital/trabalho visando, sobretudo, a preservação da força de trabalho por meio de seguridade social. Para o autor, o Estado irá atuar como um instrumento de organização da economia, administrando os ciclos de crise, operando "[…] para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista". (NETTO, 2001, p. 22).

Verifica-se que na realidade da América Latina as políticas sociais vão se constituir carregando a essência de sua funcionalidade à acumulação e centralização capitalista, contudo, o contexto econômico do continente, marcado por um capitalismo dependente vão particularizar essas políticas, pois o excedente econômico e a extração de mais-valia se duplica e adquire outras conotações no contexto latino-americano. Sobre isso Paiva e Rocha (2010, p.161) sinalizam:

> [...] as trocas desiguais que se estabelecem nas relações comerciais entre centro e periferia se configuram em transferência da mais-valia (na forma de excedente ou não) produzida na periferia para o centro. Em decorrência da dinâmica de acumulação, fez-se necessário o desenvolvimento de mecanismos que permitissem a compensação da perda de valor gerada por estas relações, pois as burguesias locais, em que pesem transferirem o excedente para o centro, também necessitam gerar lucros internamente. Daí a superexploração da força de trabalho operar como mecanismo fundamental de extração de *mais* mais-valia no continente latino-americano.

Assim, a mais-valia extraída do trabalhador latino-americano, é apropriada por variáveis diversas, isto porque, é apropriada pelo capital nacional por meio da burguesia local; pelo capital externo, a medida em que a produção interna é realizada tendo em vista a exportação; e por fim, é apropriada pelo Estado, quando parte da produção também é destinada ao poder público por meio dos impostos. Tudo isso converge ao que os autores sinalizam ser uma "extração de *mais* mais-valia", em outras palavras reafirma a *superexploração* desses trabalhadores latino-americano. Verifica-se que os direitos sociais se processaram de maneira lenta e gradual na América Latina, pois o excedente econômico destinado ao financiamento das políticas

sociais, era mínimo, isto porque, especialistas em políticas sociais de viés conservador, considera o investimento estatal nessa área como desperdício. De modo que, a plena efetivação de investimento em políticas sociais e ampliação de direitos sociais para a classe *superexplorada*, não se realiza na realidade dos países da América Latina, da mesma forma que se realizou no modelo europeu, ao qual vivenciaram episódios de plena expansão de direitos sociais, políticas sociais, pleno emprego e outras estratégias que caracterizaram o *Estado de Bem-Estar Social*.

Considerando as particularidades da emergência dessas políticas sociais nos continentes europeus e latino-americano, podemos afirmar que uma semelhança as une: o surgimento dessas políticas é antecedido por uma luta dos trabalhadores reivindicando sua condição de vida e de trabalho. Reiteramos que os autores analisados identificam a dependência e a superexploração como particularidade dos trabalhadores latino-americano, o que difere dos trabalhadores do continente europeu. Contudo, a resposta estatal em administrar a problemática converge nas reivindicações da massa dos trabalhadores, e as políticas sociais cumprem nada mais que sua função, de amortecer os conflitos. “À medida que avança o desenvolvimento econômico e se estrutura a organização social, o Estado ganha feições industrialistas e populistas, procurando, por meio das políticas sociais, cooptar os trabalhadores urbanos”. (PINHEIRO, s/d, p. 65).

Paiva e Ouriques (2006) analisando o surgimento dessas políticas no contexto latino americano também reafirmam que os traços da dependência e da superexploração coloca os trabalhadores do continente numa posição desigual ao contexto europeu e de sistemas de proteção social mínimos se comparado aos países centrais. Para os autores (2006, p. 172):

> [...] para a grande maioria da população, pobreza e miséria vêm acompanhadas da omissão do Estado, expressa, sobretudo, na ausência de políticas sociais, ou, na maioria das vezes, num tipo determinado de política social, cujo horizonte não pode ser pretensioso em termos sociais e políticos e no qual todo radicalismo deve ser combatido, seja em termos da composição do gasto social seja em função da dimensão emancipadora que elas poderiam conter.

Diante disto, vemos que a caracterização das políticas sociais se apresenta de forma mínima, atendendo parcelas restritas da classe trabalhadora. O acesso aos serviços essências de reprodução das relações sociais nos países latino americano também são mínimos, de forma a ser ofertado uma saúde e educação bastante precarizada, ficando muitas vezes para o setor privado a oferta desses serviços; habitação, saneamento básico, transporte e outros serviços essenciais também são ofertadas de forma mínima à classe trabalhadora muitas vezes com programas de transferência de renda. Uma conjuntura desigual que irá se intensifica com o predomínio das estratégias neoliberais como veremos no próximo item.

3. NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

Iniciamos este item abordando os elementos centrais que marcaram a crise capitalista de 1970 e a necessidade de reorganização da economia através de uma reestruturação produtiva como saída à crise. Neste reordenamento da produção capitalista o neoliberalismo emerge como estratégia de alavancar a economia, diminuindo consideravelmente os gastos sociais, reduzindo políticas sociais e direitos atingindo a classe trabalhadora nos países centrais. É importante sinalizar que inicialmente essa crise aparece como consequência de um esgotamento do Estado de Bem-Estar Social *(Welfare State)* vivenciado pelos países europeu, contudo os efeitos da crise se dissipa e atinge de forma intensa os países periféricos uma vez que estes últimos são caracterizados por ter uma economia dependente.

Apreende-se que as transformações no mundo do trabalho resultantes de um sistema capitalista em crise são expressivas desde os anos de 1970. São mudanças na esfera produtiva, sintetizados no processo de flexibilização e precarização, que afeta as formas de trabalho em todo o mundo. O reordenamento das formas de produzir se tornou inevitável no sistema do capital, em que diante de uma crise estrutural, se vê pressionado a reformular suas formas de extração de mais-valia. Ocorrem então alterações significativas na aparência do capitalismo tanto na esfera produtiva quanto para a reprodução social. Assim, diante de uma crise estrutural, o

capital adota estratégias para se reerguer, admitindo novos mecanismos que garantam o desenvolvimento do capitalismo.

O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a ser implementado pelos países capitalistas, com uma crescente privatização, enxugamento do Estado, desmonte dos direitos sociais e dos trabalhadores, dentre outros fatores. Nota-se que nesse movimento, o capitalismo busca superar a crise por meio da criação de riqueza em detrimento da luta dos trabalhadores. Embora a lógica neoliberal tenha emergido nos países desenvolvidos, os países do continente latino-americano não permaneceram fora do desenrolar dessa lógica, de modo que a estratégia neoliberal adentra as relações do capitalismo dependente e atinge as restritas políticas sociais latino-americana.

Em defesa das políticas de ajustes estrutural, setores progressistas dos países da América Latina chegaram ao poder objetivando um desenvolvimento nacional que propiciasse uma autonomia dos Estados nacionais. Tal discurso esteve fundamentado no *novo desenvolvimentismo*, pautado em um nacional desenvolvimentismo, que subsidiou a economia dos países periféricos entre 1940 a 1970 sob orientação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). A partir do final dos anos 1980 a CEPAL alinha seu discurso aos interesses do mercado econômico de financeirização e diminuição dos gastos estatais. (MOTA, 2012)

Embora a década de 1990 seja marcada pela movimentação em torno de governos de esquerda e centro-esquerda, que em seus discursos se opunham as medidas neoliberais, especialmente em países como Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia Equador e Venezuela, verifica-se que após legitimação desses governos as medidas neoliberais adentraram nos interesses capitalistas desses países, ou, sob outro ponto de vista, a pobreza e a miséria se mantem e é combatida via políticas sociais superficiais. De acordo com Mota (2012, p. 6) “constata-se na América Latina que mais de 40% de sua população é pobre e entre 15% a 20% são indigentes; as desigualdades sociais aumentaram; porém, o que muda é a criação de outros meios de enfrentamento da pobreza, com políticas de inclusão, por cotas, ou de mínimos sociais”.

Percebe-se que políticas sociais no contexto neoliberal vão se pautar na realidade da América Latina, em programas de transferência de renda, possibilitando mínimos sociais para a classe trabalhadora acarretando em consumos pontuais. Embora possibilite que de forma mínima a classe trabalhadora tenha acesso ao consumo, essas políticas não eliminam as desigualdades como também não atende a toda classe trabalhadora, uma vez que estas políticas passam a pautar-se pela seletividade e focalização. De modo que, apenas segmentos mais pobres e em condições de extrema pobreza da classe pauperizada tem acesso aos mínimos sociais (MOTA, 2012).

Além das políticas sociais focais e seletivas nas áreas de saúde, educação, previdência social via reformas, outra estratégia que advém da lógica neoliberal e adentra também as relações econômicas dos países da América Latina é a relação entre público e privado que passa a fazer parte da administração e de instâncias e serviços estatais favorecendo os grandes empresários e o crescimento da terceirização. A privatização dos serviços bem como a terceirização acabam por acarretam numa fragilização e despolitização das lutas dos trabalhadores, que diante de desregulamentação do trabalho, tem se submetido aos trabalhos pontuais e informais com baixíssimos salários que não atende suas necessidades e de suas famílias, o que convergem com o que Marini afirma ser uma superexploração desses trabalhadores.

Nota-se que as medidas neoliberais tal qual aparecerem nos países desenvolvidos foram incorporadas de forma estratégica nos países periféricos, de modo que se reduz os gastos no âmbito social, e cresce medidas de responsabilidade social e de políticas compensatórias voltadas ao mercado. Vê-se então, que a conjuntura apresentada sinaliza a efetivação das políticas sociais sob uma lógica que favorece o grande capital e desfavorece os interesses da classe trabalhadora. Claramente os países Latino Americano organizam sua economia e políticas públicas se fundamentando pelo tripé do neoliberalismo: privatização, focalização/seletividade e descentralização.

Vale mencionar que a literatura que estuda as mudanças no mundo do trabalho e a organização das políticas sociais sob predomínio do neoliberalismo, registra que

essas medidas incidem de forma considerável na vida da classe trabalhadora e em suas relações sociais. Entretanto, há que se considerar que existem nuanças na forma em que essas medidas se expressam nos países da Europa e nos países Latino Americano. Como mencionado anteriormente, os países eurocêntricos historicamente se apresentaram economicamente com um capitalismo desenvolvido comparado aos países da América Latina. As políticas sociais emergem inicialmente na Europa e ampliam-se de forma significativa nesses países desenvolvidos com a experiência do *Welfare States*. Tais pontos precisam ser considerados quando analisamos o predomínio do neoliberalismo nesses dois contextos sociais (países da Europa e países da América Latina), uma vez que, como mencionado anteriormente, a história de cada continente se processa de maneira distinta. Uma relação de desenvolvimento desigual em que países latino-americanos estiveram numa posição subordinada e de subserviência.

Behring e Boschetti (2011) analisando o contexto brasileiro afirmam que as medidas neoliberais adentram de forma mais expressiva em meados da década de 1990, com o esgotamento do regime militar brasileiro pautado numa modernização conservadora, e após a legitimação da Constituição de 1988. O neoliberalismo no contexto econômico brasileiro trouxe implicações aos ganhos democráticos obtidos durante a década de 1980 com a instituição da Constituição Cidadã. Isso ocorre porque os avanços democráticos vão ser tensionados pelos avanços neoliberais na década de 1990 em diante, de modo que o giro conservador obstaculizou os princípios democráticos trazendo implicações para a reais efetivações dos direitos garantidos no âmbito legal. Tais questões convergem no que as autoras sinalizam ser uma *contrarreforma*, isto é, o sentido das mudanças em sua acepção democrática é tomado sob uma lógica contrária a esta, de modo que o Estado obstaculiza e ainda redireciona as conquistas de 1988.

O termo *contrarreforma* utilizado por Behring e Boschetti (2011) para designar a contrariedade vivenciada pelo Estado brasileiro em sua caminhada na construção de um país democrático, é carregado pelo contrassenso posto pela política neoliberal, que justifica suas “reformas” como necessárias. A reformatação do Estado se instaura direcionado ao desmonte e destruição do que é público e das políticas sociais acomodando as estratégias de interesses do capital. Para as autoras:

> Ao longo dos anos de 1990, propagou-se na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros uma avassaladora campanha em torno das reformas. A era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de *outsider* (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, como se pôde observar, de "reformas" orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos de 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberto o caminho para o novo "projeto de modernidade". (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 148).

As alterações direcionadas ao mercado, e, consequentemente aos interesses do capital, apresenta uma falsa ideia de redução dos custos, contudo a realidade aponta que as medidas neoliberais adotadas acarretaram num aumento nas dívidas interna e externa que o país adquiriu a cada ano. Isso porque a política de ajuste neoliberal destina e prioriza seus investimentos ao setor privado, que abrangem tanto o mercado interno como ao grande capital internacional. A exemplo disso as autoras pontuam, que nesse momento houve grande abertura à transição de capital estrangeiro, com uma entrega significativa do patrimônio público ao capital exterior, bem como a não obrigatoriedade de as empresas privatizadas comprarem insumos no Brasil. Este fato acarretou em desmonte das indústrias nacionais e uma grande remessa de dinheiro indo para o exterior, somando-se a esse quadro temos o aumento do desemprego e o desequilíbrio da balança comercial. O discurso utilizado para a implementação das privatizações era diverso, e dentre os mais fortes estavam: atrair capitais, redução da dívida externas e internas, obtenção de preços mais baixos para os consumidores, melhoria na qualidade dos serviços e a obtenção da eficiência econômica das empresas que sob administração estatal eram consideradas ineficientes. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

> [...] argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo pra novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o

> esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas internas e externas. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 152).

Percebe-se com o exposto acima, que o discurso que envolve a legitimação das medidas neoliberais nas relações econômicas é carregado de um contrassenso e na realidade objetiva, intensifica as desigualdades sociais, restringe direitos aos trabalhadores por meio da diminuição dos custos no âmbito social, deixando inclusive essa classe endividada. Por outro lado, grandes empresários enriquecem às custas da administração de serviços, programas e projetos que são articulados de modo a atender os interesses do mercado. Ainda citando a realidade brasileira, vê-se que os governos fortaleceram sua imagem social no âmbito das políticas de habitação, educação, saúde e outros, oferecendo esses serviços via financiamento. Num contexto de crise e desemprego, a classe trabalhadora que foi contemplada com esses serviços sofre com o peso dos crescentes juros e crescimento da dívida.

Consideramos que a conjuntura atual impõe aos trabalhadores o desafio da luta e resistência contra as medidas neoliberais capitalista que desfavorecem e desumaniza a classe trabalhadora de forma mais intensa, os trabalhadores latino-americanos. As experiências históricas nos demonstram que a diminuição da exploração do trabalho e a concessão de direitos só são possíveis quando a classe trabalhadora se organiza e pressiona burguesia e Estado. Inegavelmente as medidas neoliberais tem desmobilizado em grande escala esses trabalhadores dificultando a organização destes, de modo que vemos certa fragilização destes indivíduos, sejam aqueles empregados, desempregados, incapacitados ao trabalho, miseráveis que vivem às margens da sociedade, o que põe um desafio ainda maior à agenda de luta das mobilizações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta breve aproximação da realidade das políticas sociais na América Latina possibilitou entender o contexto histórico e social da economia da América Latina, bem como sua condição de capitalismo dependente, colocando a classe trabalhadora desse continente numa condição ainda mais desfavorável de superexploração, em

que as políticas sociais vão se processar de maneira lenta e superficial. A lógica neoliberal que emerge na Europa adentra as relações econômicas e políticas do continente latino-americano, intensificando essa relação desigual, se apoiando nas privatizações, focalização/seletividade e descentralização.

A classe trabalhadora no contexto de neoliberalismo tem perdido sua identidade de classe, uma vez que a fragilização e desregulamentação do trabalho tem feito com que essa classe não se reconheça enquanto classe explorada, ou até *superexplorada*, e que reivindique de forma coletiva e estratégica seus direitos. Ressaltamos a relevância da temática aqui levantada, partindo de um ponto de vista da totalidade que se inscreve as formas mais recentes das políticas sociais no contexto latino americano de neoliberalismo, uma vez que as alterações da realidade refletem cotidianamente na vida da classe trabalhadora. Deste modo, tal relação precisa ser recorrentemente exposta e analisada, como forma de não permitir que a imediaticidade dos fatos predomine sobre a possibilidade de construir novas mediações da realidade.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed.. São Paulo: Cortez, 2011.

MARINI, R.M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOTA, Ana Elisabete. **Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina.** *Configurações* [Online], 10 | 2012, posto online no dia 17 Fevereiro 2014, consultado o 08 Março 2016. URL : http://configuracoes.revues.org/1324. 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. **Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência.** Artigos de Temas Livres: SER Social, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010

PAIVA Beatriz; OURIQUES, Nildo. **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?** Revista Katálysis, v. 9 n. 2 jul./dez. 2006